

Atos de Pesquisa em Educação - ISSN 1809-0354
Blumenau, v. 13, n.3, p.525-547, set./dez. 2018
DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2018v13n3p525-547>

**ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ: FOUCAULT, SARAMAGO, RESISTÊNCIA E
INSURREIÇÃO**

**ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ: FOUCAULT, SARAMAGO, RESISTANCE
AND INSURRECTION**

**ENSAYO SOBRE LA LUCIDEZ: FOUCAULT, SARAMAGO, RESISTENCIA E
INSURREIÇÃO**

RATUSNIAK, Célia
celia5696@hotmail.com
UFPR – Universidade Federal do Paraná

SILVA, Carla Clauber da
carlaclauber@hotmail.com
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

RESUMO O texto toma o livro *Ensaio sobre a lucidez* (SARAMAGO, 2004) para problematizar a relação entre governamentalidade e biopoder. Para tal, utiliza-se o curso *Segurança, território e população* (FOUCAULT, 2008), que desenvolve uma genealogia sobre uma forma de saber político centrado em mecanismos que regulam e controlam a população. *Ensaio sobre a lucidez* traz à tona essa forma de poder e os efeitos do dispositivo de segurança sobre a população. Este trabalho possibilita uma reflexão a respeito dos efeitos, limites e possibilidades de governo do Estado liberal e neoliberal, que tem a segurança como princípio básico de atividade. Propõe uma problematização sobre as insurgências e as táticas/estratégias que o Estado usa para restabelecer a ordem. Para finalizar, traz algumas reflexões sobre a posição social da mulher nas obras saramaguianas aqui problematizadas.

Palavras-chave: Biopolítica. Governamentalidade. Insurgência. Segurança.

ABSTRACT The text takes the book *Ensaio sobre a lucidez* (SARAMAGO, 2004) to problematize the relationship between governmentality and biopower. Thus, the course *Segurança, território e população* (FOUCAULT, 2008) is used, which develops a genealogy about a form of political knowledge centered on mechanisms that regulate and control the population. *Ensaio sobre a lucidez* brings to light this form of power and the effects of the security device on the population. This work allows a reflection about the effects, limits and possibilities of government of the State liberal and neoliberal, which has security as the basic principle of activity. It proposes a problematization about the insurgencies and tactics / strategies that the state uses to restore order.

Keywords: Biopolitics. Governmentality. Insurgence. Safety.

RESUMEN: El texto toma el libro sobre la lucidez (SARAMAGO, 2004) para problematizar la relación entre gubernamentalidad y biopoder. Para ello, se utiliza el curso *Seguridad, territorio y población* (FOUCAULT, 2008), que desarrolla una genealogía sobre una forma de saber político centrado en mecanismos que regulan y controlan a la población. *Ensayo sobre la lucidez* trae a la superficie esa forma de poder y los efectos del dispositivo de seguridad sobre la población. Este trabajo posibilita una reflexión acerca de los efectos, límites y posibilidades de gobierno en los estados liberales y neoliberales, contexto donde la seguridad es principio básico. Se propone una problematización sobre las insurgencias y las tácticas / estrategias que el Estado usa para restablecer el orden. Para finalizar, ofrece algunas reflexiones sobre la posición social de la mujer en las obras saramaguianas aquí problematizadas.

Palabras clave: Biopolítica. Gubernamentalidad. Insurgencia. Seguridad.

“O voto em branco é uma manifestação de cegueira
 tão destrutiva quanto a outra.
 Ou de lucidez, disse o ministro da justiça.”
 (SARAMAGO, 2004)

1 INTRODUÇÃO

Da primeira leitura de *Ensaio sobre a lucidez* (2004) o efeito foi o de perplexidade. Na mesma época, líamos/estudávamos *Segurança, Território e População* (2008), de Foucault. O bom costume de ler literatura intercalada com os livros de estudo promoveu esse encontro. Porém, dessa vez, parecia que Saramago materializava num romance as problematizações sobre a governamentalidade, os dispositivos de segurança e a biopolítica. E em nenhuma biografia consta que um teve contato com o material produzido pelo outro.

O curso *Segurança, Território e População* foi ministrado por Foucault entre janeiro e abril 1978. Nesse curso, entre outras coisas, interessa para o presente texto as formas como o dispositivo de segurança opera, produzindo tecnologias de controle sobre a vida – as biopolíticas – que objetivam o governo¹ da população. Foucault vai problematizar essa nova racionalidade de Estado, chamada

¹Alfredo VEIGA-NETO (2001), em seu texto *Governo ou Governamento?*, sugere o uso do termo *governamento* quando a questão envolver o ato de governar e afirma que a prática de governo é constituída de ações que se desenvolvem no próprio tecido social e não se reduzem a ação de uma pessoa ou um grupo de pessoas que ocupam determinada função ou posição no Estado. Disponível em <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.6.htm>.

de *governamentalidade*, baseada no liberalismo e pautada na liberdade. Nessa nova lógica, governar passou a ser cuidar do bem-estar da população para garantir a longevidade de sua produtividade, fortalecendo assim o Estado (FOUCAULT, 2008).

Para compreender *Ensaio Sobre a Lucidez*, é preciso conhecer antes o livro *Ensaio Sobre a Cegueira* (SARAMAGO, 1995), que retrata a história de uma capital onde todos os cidadãos manifestam uma cegueira branca, menos uma mulher que continua enxergando. Os primeiros a cegarem são colocados em quarentena, num hospital psiquiátrico desativado. O livro narra os acontecimentos desse grupo: o primeiro cego e sua companheira, o médico oftalmologista que os atendeu e sua esposa (a que não cegou), uma prostituta, um velho e uma criança. Todos cegaram por terem entrado em contato com o primeiro cego no consultório do oftalmologista, menos a mulher do médico. Na quarentena, outras pessoas são enviadas para esse hospital. Todos passam a ser dominados por um grupo minoritário de homens chamado *malvados*, que possui armas e é liderado por um cego de nascença, que consegue se orientar sem a visão. Esse grupo confiscou a alimentação, estabelecendo como moeda de troca serviços sexuais oferecidos pelas mulheres. Durante algum tempo, elas se submetem, são violentadas, estupradas, mortas. Porém, a mulher que não cegou se insurgiu, matou o líder e retirou seus companheiros do manicômio. Ao saírem, perceberam que a cidade estava abandonada, e que todos os habitantes haviam cegado. Essa mulher protegeu, alimentou e levou o grupo para sua casa. No dia seguinte, essas pessoas cegas voltaram a ver.

O livro *Ensaio Sobre a Lucidez* foi publicado nove anos depois, e inicia narrando um dia de eleição na mesma capital onde aconteceu a cegueira branca. Chovia muito, e as pessoas custavam a aparecer. No fim da tarde, os eleitores dirigiram-se às sessões eleitorais e votaram. Quando os resultados foram divulgados, mais de 70% dos votos eram brancos, anulando a eleição. Segundo a legislação eleitoral local, era preciso 51% dos votos válidos para que se elegesse um governante, e votos brancos não eram válidos. Esse fato gerou uma série de ações desencadeadas pelo governo daquele país, no sentido de convencer a população a votar nas novas eleições, que foram convocadas às pressas. Primeiramente, era necessário descobrir quem tinha votado em branco e por qual

motivo. Feito isso, era preciso aterrorizar a população, ameaçando-a com os riscos dos perigos iminentes que a recusa de escolher um governo poderia causar. Mas essas táticas falharam e, nas novas eleições, 83% dos votos continuavam brancos. Como a persuasão falhou, o governo engendrou uma série de medidas e ações que visavam a instalar o caos e a insegurança na população, restabelecendo assim a necessidade de ser governada. Um dia, o presidente da república recebeu uma carta escrita por uma das pessoas que estava na quarentena do hospital psiquiátrico, durante a cegueira branca. Essa carta levantava suspeitas sobre a identidade da líder dos votos brancos. Agentes secretos dos mais gabaritados são convocados a investigar essa denúncia, fornecendo as informações necessárias para que o Estado acabasse com a insurgência branca.

O presente texto estabelece relações entre *Ensaio Sobre a Lucidez*, de Saramago, e os conceitos de governamentalidade, biopolítica e de dispositivos de segurança presentes no curso *Segurança, Território e População*, de Foucault. Não se pretende aqui fazer a análise exaustiva das duas obras, e sim propor diálogos e problematizar as formas de governo da população, que buscam conduzir as condutas, regulando as liberdades a partir da produção dos riscos. Essas práticas operam supostamente em nome do bem-estar social, da ordem e do progresso, mas em última instância visam a manter o próprio Estado. Para isso, serão apresentados os principais acontecimentos da narrativa, problematizando-os com base no pensamento foucaultiano. Ao final, teceremos algumas relações entre a ficção saramaguiana e o contexto político brasileiro que se iniciou em 2016, problematizando a arquitetura de um golpe.

2 A INSURGÊNCIA BRANCA E A INSTALAÇÃO DO RISCO

No estado democrático, as eleições permitem que a população escolha seus representantes para governá-la. Em nome desse princípio, existe um aparato que tem como função convencer a população de quem é o representante mais adequado. Para construir a figura do bom representante, criam-se instâncias que compartilham preceitos sobre a melhor forma de governar, chamados partidos políticos, que catalisam posicionamentos, ideologias e concepções sobre o bom

governante. Saramago (2004), em *Ensaio Sobre a Lucidez*, criou três partidos políticos para representar essas instâncias: o PD (partido de direita), maioria, que pretendia continuar seu governo; o PM (partido do meio), que sempre apoiava quem estava no poder; e o PE (partido de esquerda), minoria, que almejava chegar ao poder e governar. Mas como governar se a população resolve que não quer os partidos que se colocam e nem seus candidatos para lhe representar? Temos aí uma forma de resistência², que desmonta o modo como se instituem as formas de governo contemporâneas, produzindo deslocamentos. Para Foucault (2008), uma das formas de se bem governar é eliminar as resistências, utilizando-se de tecnologias do poder pastoral, construindo a ideia de um perigo iminente que faça aparecer a figura do Estado como o pai protetor da população.

Na primeira eleição, 70% dos eleitores da capital votaram em branco. Não havia explicação para o fenômeno. Convocaram-se novas eleições. Para evitar que uma nova onda de votos brancos acontecesse, o Estado investigou os motivos que levaram as pessoas a tamanho disparate, não conseguindo descobrir nenhuma organização criminosa ou subversiva que estivesse por trás da insurgência. Acionaram-se tecnologias de condução de condutas específicas para convencer a população de seu direito de exercer a democracia: pronunciamentos em rede de rádio e TV, conclamando ao exercício da cidadania: “O governo confia em que a população da capital, novamente chamada a votar, saberá exercer o seu dever cívico com a dignidade e o decoro de quem sempre o fez no passado” (SARAMAGO, 2004, p. 27). Espiões infiltraram-se nas filas de votação e em carros que circulavam pelas sessões eleitorais com equipamentos de captação de som e imagem, com vistas a investigar quem votou em branco. Mas essas estratégias se mostraram ineficientes. Ninguém falava sobre os votos brancos. As conversas captadas giravam em torno de banalidades do cotidiano, ou ainda os inquiridos respondiam “[...] com um silêncio impenetrável às perguntas dos encarregados sobre como haviam votado” (SARAMAGO, 2004, p. 33). Na nova eleição, a escolha dos representantes do povo se tornou outro fracasso: 83% dos votos eram brancos.

² Para Foucault (2003), a resistência só pode existir onde existem as relações de poder. Elas abrem constantemente a possibilidade para a resistência. Quanto maior for a resistência, maior é a astúcia e a força exercida por aqueles que dominam.

Surgiu assim o movimento que o Estado denominou como *insurgência branca*. A palavra insurgente tem origem latina em *insurgere* e significa aquele se levanta contra algo. O insurgente é quem pratica a insurreição, *insurrectio*, *insurrectionis*. Formada pelo prefixo *in* (ao interior), pelo verbo *sugere* (levantar-se, surgir), que tem como raiz *regere* (dirigir, governar) (FARIA, 1962), o insurgente é aquele que se levanta, revolta-se contra uma forma de se governar. A insurreição é feita pelos que “[...] não são nada, por aqueles que se encontram nos cafés, pelas ruas, na vida, pela faculdade. Ela agrega todos os elementos flutuantes, do plebeu ao pequeno-burguês que a desagregação social segrega além de qualquer limite” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 50)³. Para Foucault (2004, p. 77),

[...] As insurreições pertencem à história. Mas, de certa forma lhe escapam. O movimento com que um só homem, um grupo, uma minoria ou todo um povo diz: "Não obedeco mais", e joga na cara de um poder que ele considera injusto o risco de sua vida – esse movimento me parece irreduzível. Porque nenhum poder é capaz de torná-lo absolutamente impossível.

O que permite que as sociedades se mantenham, o que faz com que os poderes não sejam absolutos é que, por trás de todas as ameaças, coerções, violências e persuasões, “[...] há a possibilidade desse momento em que nada mais se permuta na vida, em que os poderes nada mais podem e no qual, na presença dos patíbulos e das metralhadoras, os homens se insurgem” (FOUCAULT, 2004, p. 77). É sobre isso que Saramago nos conta em *Ensaio Sobre a Lucidez*.

Perplexos diante do percentual de votos brancos, a equipe do governo reuniu-se para tomar providências. Ministros discutiam e levantavam hipóteses sobre o motivo dos votos em branco. Todavia, para além disso, avaliaram as consequências nefastas de uma população que se revolta. Não escolher os representantes não significa que o Estado deixa de governar, mas que a sua governamentalidade está ameaçada. Segundo Foucault (2008, p. 144), governamentalidade é

[...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por

³ O COMITÊ INVISÍVEL é formado por grupo anônimo de pensadores e ativistas sediados na França. Essa denominação é uma estratégia para impedir perseguições e prisões, visto que seus integrantes já foram presos e investigados pela polícia francesa.

instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força em que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes.

Quando as ações da população deixam de ser previsíveis, quando há uma suspeita sobre a eficácia e eficiência do sistema, quando as pessoas já não creem mais que os candidatos possam representá-las, institui-se a ameaça. E a ameaça deve ser combatida com estratégias que façam as pessoas perceberem que o Estado é necessário e que sem ele o caos está instalado.

Para que a população da capital fictícia de Saramago pudesse perceber as consequências nefastas de não eleger representantes para governar, algumas medidas de segurança são tomadas na reunião de cúpula do governo, no intuito de trazer a população à razão.

2.1 ESTADO DE EXCEÇÃO, ESTADO DE SÍTIO – SUSPENSÃO DE DIREITOS EM DEFESA DO ESTADO

As formas de resistência provocaram as forças do Estado, fazendo recair sobre a população o peso de ousar afrontá-lo. Votar em branco, não falar, não haver nenhum grupo organizado que assumisse a liderança dessa insurgência eram maneiras de se fazer muito diferentes daquilo que se esperava dos cidadãos. Pronunciamentos, via rádio e TV, são feitos pelo primeiro-ministro, objetivando trazer a população para o reto caminho do cidadão de bem, lançando mão de formas de governo que utilizavam tecnologias do poder pastoral. A primeira delas foi o discurso do primeiro-ministro, proferido em cadeia nacional, empregando a figura do bom pastor que traz para o rebanho as ovelhas desgarradas e que apela para estratégias de conversão cristãs como as parábolas e o perdão, desde que o pecado não seja mais cometido.

É tempo ainda de emendar o erro, não por meio de uma nova eleição, que no atual estado das coisas poderia ser a mais difícil, contraproducente, mas através do rigoroso exame de consciência a que, desde essa tribuna pública, convoca os habitantes da capital, todos eles, a uns para que melhor possam proteger-se da terrível ameaça que paira sobre as vossas cabeças,

aos outros, sejam eles culpados, sejam eles inocentes de intenção, para que se corrijam da maldade a que se deixaram arrastarem-se sabe-se lá por quem, sob pena de se converterem no alvo direto das sanções previstas no estado de exceção [...] Mudança de tom, braços meio abertos, mãos levantadas a altura dos ombros. O governo da nação tem a certeza de interpretar a fraternal vontade de união do todo o resto do país, esse que com um sentido cívico credor de todos os elogios cumpriu com normalidade o seu dever eleitoral, vindo aqui como pai amantíssimo, recordar à parte da população da capital que se desviou do seu reto caminho a lição sublime da parábola do filho pródigo, e dizer-lhe que para o coração humano não há falta que não possa ser perdoada, assim seja a sincera contrição, assim seja o total arrependimento (SARAMAGO, 2004, p. 36).

Esse discurso tem elementos que remetem ao líder que permite à população um exame de consciência antes de fazer cair sobre ela o peso da mão do Estado. Juntamente à ameaça, há o tom conciliador, a invocação da figura do pai que perdoa os erros do filho, desde que eles não sejam mais cometidos, usando a parábola do filho pródigo, alertando o povo sobre o risco de não ouvir os conselhos de seus governantes, numa alusão clara àquilo que Foucault denominou como poder pastoral, que tem como objetivo principal a condução e a salvação do rebanho: “[...] O pastor guia para a salvação, prescreve a Lei, ensina a verdade” (FOUCAULT, 2008, p. 221). Segundo o filósofo, o poder pastoral surgiu nas formas de governo dos homens com as religiões judaico-cristãs. Para essas religiões, o pastor é aquele que liga os homens a Deus, conduzindo-os pelo melhor caminho, o caminho do bem, à salvação. É um poder totalizante e, ao mesmo tempo, individualizante, pois se remete a todos e a cada um.

O poder pastoral visa à condução e à salvação, mas também ao controle da população. Sua entrada na sociedade ocidental deu-se no Estado por intermédio da Igreja, “[...] foi a Igreja cristã que coagulou todos esses temas de poder pastoral em mecanismos precisos e em instituições definidas, foi ela que realmente organizou um poder pastoral ao mesmo tempo específico e autônomo” (FOUCAULT, 2008, p. 174). As técnicas do poder pastoral vão se deslocando da Igreja para o Estado, que surge “[...] da combinação entre o – ou talvez melhor: da invasão do – poder pastoral e/sobre o poder de soberania” (VEIGA-NETO, 2011, p. 69). O problema do governo passa a ser a condução do povo, extraíndo dele o máximo de trabalho com o mínimo de consumo, explorando o excedente produzido. Para isso, apoia-se na figura do bom cidadão, que possui deveres e direitos, entre os quais se encontra o de votar, de escolher seus representantes, garantindo assim a democracia.

Saramago é brilhante na construção da figura do pastor na pessoa do primeiro-ministro: o discurso da união entre irmãos, pai amantíssimo, desvio do reto caminho, parábola do filho pródigo, perdão, contrição, arrependimento. A posição olhando de frente para a população com os braços levantados remete-nos à figura dos padres. A mudança no tom de voz invoca o pai compreensivo, que perdoa, desde que o mau comportamento seja corrigido.

A situação não era prevista, estava fora da norma, gerando uma crise. A crise tende a “[...] libertar quem governa de toda e qualquer contrariedade quanto aos meios aplicados” (COMITÉ INVISÍVEL, 2016, p. 28). Para Foucault, a crise, junto ao caso, o risco e o perigo são elementos que balizam uma nova tecnologia que tem como objetivo produzir curvas de normalidade, chamado por Foucault de *dispositivos de segurança*⁴ (FOUCAULT, 2008).

Saramago discorre sobre as estratégias utilizadas pelo Estado para produzir verdades sobre a insurreição, a partir da disseminação da ideia do ataque de um inimigo iminente, que coloca em risco a segurança da população. Para isso, usa os meios de comunicação de massa, que denunciam supostas ligações da insurgência branca com o movimento anarquista internacional e com o terrorismo. Para combatê-los, declarou-se o estado de exceção, anunciando vários procedimentos a serem tomados diante da situação (SARAMAGO, 2004).

Primeiramente, infiltram-se agentes especializados em espionagem na cidade, com o intuito de descobrir quem liderava o movimento e quais os seus objetivos. Também foram analisadas todas as gravações coletadas durante as eleições. Além disso, 500 pessoas foram conduzidas coercitivamente para exaustivos interrogatórios, em que se repetiam as mesmas perguntas de formas diferentes. Obtiveram-se sempre as mesmas respostas, e não se chegou a nenhuma conclusão sobre o motivo da população ter votado em branco: “Não senhor, não votei em branco, mas se o tivesse feito, estaria dentro da lei [...] votar em branco, senhor das perguntas, é um direito sem restrições, que a lei não teve outro remédio que reconhecer aos eleitores” (SARAMAGO, 2004, p. 50).

⁴ Para Foucault, (2009), os dispositivos são um conjunto heterogêneo que conecta entre si, discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares formando uma rede. Os dispositivos de segurança seriam tecnologias de governamento que agiriam sobre as probabilidades dos riscos. No caso aqui discutido, operam a partir dos riscos de não se ter um Estado para fornecer as condições necessárias à vida da população.

Inicialmente, alguns suspeitos foram submetidos ao detector de mentiras, que se mostrou ineficiente. Quem o descredibilizou foi uma mulher, questionando sua eficácia, desafiando um dos seus operadores a submeter-se a ele. O desafio foi aceito pelo seu inquiridor, mas, quando ele afirmava dizer a verdade, o aparelho indicava que estava mentindo. Assim, essa mulher desmontou a tática de extração de verdades: “[...] explique lá o ministro que as astúcias não serviram a nada, que nós todos continuaremos a mentir quando dissermos a verdade, e que continuaremos a dizer a verdade quando estivermos a mentir, tal como eu, tal como você” (SARAMAGO, 2004, p. 57). Chama a atenção ser uma mulher, indicando a força e a função das personagens femininas produzidas por Saramago.

A população não sentiu os efeitos do estado de exceção, decretado pelo ministro do interior. A restrição de direitos

[...] não havia produzido qualquer efeito perceptível no sentido desejado, porquanto não tendo os cidadãos deste país o saudável costume de exigir o regular cumprimento dos direitos que a constituição lhe outorgava, era lógico, era mesmo natural que não tivessem lhe dado conta de que lhos haviam suspendido (SARAMAGO, 2004, p. 59).

Dada a situação, eram urgentes medidas mais drásticas. O estado de exceção não havia provocado nenhum grande temor na população que lhe fizesse procurar pela segurança de seus governantes. Os interrogatórios mostraram-se infrutíferos, os 500 convocados a depor desapareceram. Segundo Saramago, não se sabe se foram deportados, ou se aos poucos, para não chamar a atenção, foram devolvidos aos seus lares.

Outras medidas deveriam ser tomadas, e estas ficaram a cargo do ministro da defesa. Mais austero com a insurgência, decretou estado de sítio, para persuadir os “[...] habitantes da cidade, ou, com mais precisão nominativa os degenerados, os delinquentes, os subversivos do voto em branco, que reconhecessem os seus erros e implorassem a mercê, ao mesmo tempo penitência, de um novo acto eleitoral” (SARAMAGO, 2004, p. 59). Entre as restrições, o estado de sítio estabelecia o toque de recolher, a proibição de espetáculos, o patrulhamento das ruas, a proibição do ajuntamento de mais de cinco pessoas e o fechamento das fronteiras da capital. De acordo com o ministro dos negócios estrangeiros, havia a possibilidade de a

insurgência “[...] espalhar-se como uma peste negra, branca, esta é branca, corrigiu com um sorriso o pacificador chefe do governo” (SARAMAGO, 2004, p. 60).

Apesar da infiltração de agitadores entre a população, não havia conflitos de nenhuma ordem. Várias tentativas de provocar uma instabilidade social, que levaria a passagem do estado de sítio para o estado de guerra, que permitiria medidas mais drásticas com a insurgência, falharam. “[...] O fato é um caso único, nunca visto na história, de unanimidade ideológica, o que, a ser verdade, faria da população da capital um interessantíssimo caso de monstruosidade política, digna de estudo” (SARAMAGO, 2004, p. 71). O estado de sítio deveria permanecer enquanto a população não delatasse ou não confessasse o voto em branco.

E eis que em uma manhã, contrariando a proibição de ajuntamento de pessoas, a população aparece com adesivos nas suas roupas: “Eu votei em branco”. Das casas, das janelas e das sacadas também brotavam faixas: “Nós votamos em branco”. Era esperado um confronto da polícia com a população. Os comandantes só aguardavam a ordem para saber qual instrumento de dispersão deveriam usar: gás, água, paraquedistas, tanques. No entanto, nada aconteceu. O caso era muito mais grave, e um confronto não resolveria o problema. Seriam necessárias medidas mais drásticas. A população deveria sentir a ausência de governo que tanto rejeitara. Nesse sentido, o primeiro ministro revela seu plano: abandonar a cidade a sua própria sorte.

2.2 O ESTADO PROTEGIDO, A POPULAÇÃO AMEAÇADA

Para fazer a população compreender os riscos que a ausência de Estado poderia lhe causar, e assim diluir a insurgência, o primeiro-ministro decide transferir o centro administrativo para fora da cidade, isolando e abandonando a população à própria sorte. Deveriam ir para o novo centro administrativo o chefe de Estado e os escalões até o nível de subsecretários, os assessores mais chegados (que são os que governam), os deputados (que fazem as leis), o exército (que protege a nação) e a polícia (que protege a cidade). O presidente da república fez o comunicado da medida, denotando a gravidade da situação: uma cidade sem lei. O tom é ameaçador, objetivando fazer a população temer por seu desvio e resistência:

Agora sois uma cidade sem lei. Não tereis aqui um governo para impor o que deveis e o que não deveis fazer, como deveis e como não deveis comportar-vos. As ruas são vossas, pertencem-vos, usai-as como vos apetecer, nenhuma autoridade aparecerá a cortar-vos o passo e a dar-vos o bom conselho, mas também, atentai bem no que vos digo. Nenhuma autoridade virá proteger-vos de ladrões, violadores e assassinos. Essa é a vossa liberdade, desfrutai dela (SARAMAGO, 2004, p. 96).

Em plano altamente secreto, de madrugada, o comboio do governo fujão dirige-se para a fronteira. Porém, quando começa o deslocamento, o caminho é iluminado pelas luzes das casas e dos prédios, que indicam o itinerário, revelando a fuga secreta. No outro dia, com a ausência da administração pública, a população saiu à rua. Nesse momento, Saramago apresenta o motivo dos votos brancos:

[...] a intenção das pessoas que haviam votado em branco não era deitar abaixo o sistema, tomar o poder, que aliás não saberiam o que fazer depois com ele, que se haviam votado como votaram, é porque estavam desiludidos e não encontravam outra maneira de que se percebesse de uma vez por todas onde essa desilusão chegava, que poderiam ter feito uma revolução, mas com certeza ia morrer muita gente, e isso não queriam, que durante toda a vida pacientemente tinham ido levar os seus votos à urna e os resultados estavam à vista (SARAMAGO, 2004, p. 101).

Os insurgentes não tinham ideia da potência do que haviam criado. Não havia nenhum planejamento, nenhuma organização, nada que haviam decidido fazer, pois não era seu desejo destituir o Estado. Não queriam deixar de ser conduzidos; queriam que os conduzissem de uma outra forma. Como a única instância de governo que permaneceu na capital foi a câmara de vereadores, dirigiram-se a ela para saber o que fariam. Lá encontraram apenas o seu presidente. Relataram os motivos da insurgência, tendo o cuidado de deixar claro que não havia nenhuma organização política por trás da decisão de votar em branco. Foram ouvidos compreensivamente, e o chefe dos vereadores se solidarizou, prontificando-se a auxiliá-los no que fosse preciso.

O Estado, então, desencadeou uma nova estratégia para instalar o caos: sob a ordem expressa do ministro do interior, os responsáveis pela limpeza foram obrigados a decretar greve. Deixar a população entregue à própria sujeira pressionaria as pessoas a recorrerem ao governo para fazer a limpeza pública. O lixo acumulado e a sujeira propagariam doenças, mau cheiro, ameaçando a higiene necessária para se bem viver na cidade. Agora, as táticas de controle ameaçavam a saúde da população, implantando o caos mediante o medo das contaminações e

das doenças. Essas tecnologias operam a partir daquilo que Foucault denominou como biopoder. Esse poder, constituído com base nas verdades produzidas pela Estatística, pela Medicina Social, pela Economia, pelas Ciências Naturais, produz saberes sobre a vida que permitem ao Estado estabelecer a norma e a partir dela instituir políticas que regulam a vida da população nas cidades. Segundo Foucault (2008), a norma é o elemento que vai circular entre o poder disciplinar dos indivíduos e o poder regulamentador das populações, de modo a estipular a ordem dos corpos e controlar os eventos aleatórios.

A biopolítica, ou seja, as tecnologias políticas que agem sobre a vida da população, utiliza os saberes produzidos pela medicina social sobre higienização das cidades para relacionar o lixo à proliferação de doenças, no intuito de criar o temor de uma epidemia. Tal temor restabeleceria a figura do Estado como aquele que cuida da vida da população, o responsável pela higienização e pela garantia de um ambiente urbano salubre.

Novamente Saramago surpreende-nos com uma nova insurgência. O autor escolheu de novo as mulheres para encontrar as soluções para os problemas. Elas descem com suas vassouras e baldes e limpam as ruas. Depois, num ato comunitário, os lixeiros abandonam seus uniformes e ajudam nas limpezas a civil: “[...] os uniformes é que estavam em greve” (SARAMAGO, 2004, p. 104).

Sabendo disso, o ministro do interior ligou para o presidente da câmara e exigiu que ele obrigasse os funcionários da limpeza a fazer greve. O presidente da câmara estranhou a ordem e disse que o Estado deve dissuadir as greves, e não as incitar, e que como não tinha restado na cidade nenhuma força repressora como polícia ou exército que obrigasse alguém a fazer o que não queria, não havia nada a ser feito.

Simultaneamente à greve da limpeza, outras táticas foram empregadas para acentuar o sentimento de insegurança na população. Dessa vez, a ausência de segurança pública é ligada à insurgência branca, e o terror começa a ser disseminado pela imprensa. Jornais reproduziam reportagens que previam confrontos, revoltas, aumento da criminalidade, banhos de sangue. Era preciso potencializar o sentimento de insegurança, criar a sensação do perigo iminente.

As ameaças terroristas materializaram-se: uma bomba explodiu no metrô e matou 23 pessoas. Para acabar com uma insurreição, a tática de provocar um falso atentado, de infiltrar manifestantes violentos, de ligar às insurgências ao terrorismo é comumente usada nas insurgências, como a que aconteceu na Irlanda do Norte, em 1969, e que transformou o IRA⁵ num grupo terrorista (COMITÊ INVISÍVEL, 2016). Atribuiu-se o atentado a “[...] algum grupo terrorista relacionado com a insurreição dos brancos” (SARAMAGO, 2004, p. 127). Na verdade, o ato foi planejado, e muito mal planejado, pelo ministro do interior: “[...] tínhamos pensado num artefato não demasiado potente, que pouco mais causasse que um susto. [...] infelizmente algo terá falhado na cadeia das ordens” (SARAMAGO, 2004, p. 127). Para Foucault, a razão do Estado em geral não é violenta, visto que tem as leis como marco regulador. Mas, quando a ameaça é grande, a razão do Estado “[...] é obrigada a sacrificar, a amputar, a prejudicar, ela é levada a ser injusta e mortífera” (FOUCAULT, 2008, p. 351). Para o governo, se houve mortes, foram efeitos colaterais, erros de cálculo.

No dia seguinte ao atentado, a população marchou pacificamente, dirigindo-se para a casa fechada do chefe de estado. Os meios de comunicação acompanharam essa manifestação e anunciaram o risco iminente de um confronto, de quebra-quebra generalizado. Junto à manifestação estava o presidente da câmara de vereadores da capital, que renunciou tanto ao cargo quanto ao partido da direita, pois ele sabia que o governo era o responsável pelo atentado. Esse ato de protesto despertou certo receio no ministro do interior, que logo foi acalmado pelo primeiro-ministro. “As manifestações nunca serviram para nada ou não as autorizaríamos” (SARAMAGO, 2004, p. 130). O povo parou em frente a casa, permanecendo durante 30 minutos olhando-a fixamente, e depois se dispersou, sem dar declarações aos jornalistas e sem precisar ser dispersada pelo governo.

O medo de ameaças, da barbárie e do caos, associado ao receio de serem hostilizados, fez com que a população de votantes dos votos válidos decidisse ir embora. Porém, o governo não permitiu que cruzassem a fronteira, pois tinha medo que em meio aos cidadãos que cumpriram com seus deveres poderia ter algum insurgente infiltrado, que contaminaria as pessoas que estavam fora da cidade. Uma

5 Irish Republican Army (Exército Republicano Irlandês).

fila de carros se formou na fronteira e lá ficou, esperando as decisões do Estado. Em conversa, o primeiro-ministro pediu ao ministro da defesa que convocasse por rádio todos a voltarem. O discurso deveria convencer

[...] aquela gente a voltar para casa, que lhe inflame os brios patrióticos, diga que é um crime de lesa pátria deixar a capital abandonada às mãos das hordas subversivas, diga que todos aqueles que votaram nos partidos que estruturam o atual sistema político [...] constituem a primeira linha de defesa das instituições democráticas (SARAMAGO, 2004, p. 150).

A governamentalidade opera pela condução das condutas. De acordo com Foucault (2008, p. 255), a palavra conduta se refere a uma atividade que consiste em conduzir e também “[...] a maneira como uma pessoa se conduz, a maneira como se deixa conduzir, a maneira como é conduzida e como, afinal de contas, ela se comporta sob o efeito de uma conduta que seria ato de conduta ou de condução”. Mesmo querendo sair da cidade, os cidadãos dos votos válidos se deixaram ser conduzidos: retornaram, convocados a defender a pátria. Esse argumento recebeu força com o aviso de que as suas casas estavam sendo saqueadas e que deveriam voltar para protegê-las. A ausência da polícia deixava a propriedade privada à própria sorte.

Ao chegarem, encontraram as casas intactas e os insurgentes esperando para ajudá-los a acomodar novamente suas coisas. Agora todos estão numa quarentena, semelhante à época da cegueira branca de quatro anos atrás, narrada por Saramago no *Ensaio Sobre a Cegueira*. Porém, agora, no *Ensaio sobre a Lucidez* as pessoas não estão cegas fisicamente, mas estão cegas moralmente. Uma cegueira que reduz a democracia ao voto, limitando as possibilidades da lucidez ao uso racional do pensamento. Lucidez que ganha visibilidade no ensaio de Saramago quando privilegia descrever os acontecimentos, sem interpretações, dando a ver ao leitor os dispositivos de segurança utilizados para governar uma população em uma sociedade neoliberal, que encontra nos discursos produzidos por um Estado Democrático sua capacidade de aumentar sua força e seu poder.

2.3 A FABRICAÇÃO DE UMA LÍDER PARA A INSURGÊNCIA BRANCA

Saramago constrói personagens femininas tanto em *Ensaio Sobre a Cegueira* quanto em *Ensaio Sobre a Lucidez* relacionando o feminino como aquilo que visa ao bem comum, que é comunitário, cooperativo, solidário. Trata-se de outra forma de organizar as relações sociais, oposta à competitividade, ao egoísmo, ao consumismo, estereótipos do que é masculino (ROHRIG, 2014). Isso não significa que mulheres sejam de um jeito e homens de outro, mas que Saramago percebeu, com a sagacidade que lhe era peculiar, que uma forma de gerir as relações sociais baseadas em laços de cooperação e no bem comum, característica atribuída às mulheres em seus livros, poderia produzir um outro mundo, um novo modo de governar, pois “Na inconsistência geral das relações sociais, os revolucionários devem se destacar pela sua densidade de pensamento, de afeto, de delicadeza, de organização que são capazes de trazer” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 233). Esse era o grande risco. Por isso, a mulher que não cegou narrada no *Ensaio Sobre a Cegueira* era tão ameaçadora: ela enxergava enquanto todos não viam.

A união das pessoas que votaram em seus candidatos com os votantes em branco exigiu que o dispositivo de segurança operasse com novas técnicas. O estado de exceção e o estado de sítio não chegaram aos objetivos esperados. Dessa vez, quem apresentou a estratégia para derrubar a insurgência foi o presidente da república: a construção de um muro com oito metros de altura, que cercasse toda a cidade e impedisse a saída dos brancos. Na reunião em que houve a comunicação dessa medida, o ministro da cultura fez pela primeira vez a relação entre os votos brancos e a cegueira branca, que havia acometido a cidade há quatro anos: “[...] o voto em branco é uma manifestação de cegueira tão destrutiva quanto a outra. Ou de lucidez, disse o ministro da justiça” (SARAMAGO, 2004, p. 172). Essa lembrança produziu uma nova justificativa para a insurgência: os votos brancos como uma nova manifestação da cegueira. Decidiram alertar a população sobre o risco da nova cegueira com panfletos, lançados do céu, visto que a cidade estava sitiada. O plano falhou, pois no dia em que os aviões lançariam o material de alerta choveu torrencialmente.

Três dias depois da chuva de papéis que se desmancharam na água, o presidente da república recebeu uma carta anônima. Essa carta apresentou uma denúncia: na época da cegueira uma mulher não cegou. Ela era líder do grupo de

cegos do qual fazia parte e poderia ser a líder da insurgência branca. A mulher era casada com o médico oftalmologista que atendeu os primeiros a cegarem. Quando o Estado recolheu seu marido para a quarentena, ela quis ir junto, mas foi informada de que só os cegos poderiam ir. Nesse mesmo instante, ela começou a se fingir de cega, podendo assim acompanhá-lo. O casal, juntamente a outras pessoas, foi levado para um antigo manicômio. Durante a quarentena, Saramago narra os conflitos, as formas de dominação e de subserviência entre esse grupo e os demais que vão chegando ao hospital psiquiátrico. Ficam aos cuidados do Estado, que lhes fornece comida, produtos de limpeza, de higiene. Todavia, à medida que a cegueira avança na cidade, são esquecidos (SARAMAGO, 1995).

As disputas de alimentos que se empreenderam entre os grupos de cegos no manicômio culminaram na criação de uma moeda: as mulheres deveriam servir sexualmente ao grupo dominador, em troca de comida para seu grupo. É nesse contexto que a mulher do médico assassinou o líder daqueles denominados por Saramago como *malvados* e libertou seu grupo da quarentena. É por tal assassinato que a mulher do médico foi acusada na carta ao presidente.

Para investigar a líder dos insurgentes, a polícia secreta infiltrou seus agentes especiais na cidade sitiada, com o intuito de chegar até o delator. Descobriram que ele foi o primeiro a cegar. Esse homem foi interrogado e denunciou a mulher do médico por não ter cegado e por ser assassina. Os investigadores anotaram os nomes e endereços do grupo que ela liderava e interrogou os integrantes.

Os maiores esforços de investigação concentraram-se na líder que não cegou. Em seu interrogatório, não abordavam diretamente a questão de não ter cegado, por isso não ser crime, mas o fato de ela ter cometido um assassinato na época da cegueira branca, querendo saber detalhes das circunstâncias do delito. Depois de vários interrogatórios, o comissário responsável pela investigação revelou à mulher: “[...] o seu crime, minha senhora, não foi ter assassinado aquele homem, o seu grande crime foi não ter cegado quando todos eram cegos” (SARAMAGO, 2004, p. 244). Não cegar quando todos cegam está fora da norma, embora não seja ilegal. Portanto, era preciso tornar a mulher uma criminosa, uma *anormal*. Para Foucault (2008, p. 75), os dispositivos de segurança também objetivam trazer o sujeito à norma:

[...] A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos conformes a esse modelo.

O Estado sabe como aniquilar o inimigo, mas não sabe o que fazer quando não há o líder deles. O Comitê Invisível apresenta situação semelhante na insurgência que ocorreu no Egito, em 2010: “[...] o que salvará o que acontece até o momento no Egito é que não há nenhum líder dessa revolução. Essa talvez seja a coisa mais desconcertante para a polícia, para o Governo. Não há nenhuma cabeça a cortar para que essa coisa pare” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 276).

Mas, se o líder não existe, ele deve ser produzido. Para tanto, é preciso haver um culpado, é preciso levantar provas. Isso se evidenciou no diálogo do comissário, responsável por investigar a mulher que não cegou, travado com o ministro, informando o total fracasso de seus interrogatórios. Como não houve indícios de culpa, o dirigente ministerial sugeriu que o policial plantasse provas contra ela: “[...] desde que me conheço como ministro do interior, as provas que não haviam, afinal estavam” (SARAMAGO, 2004, p. 271). O comissário reagiu com estranheza: “[...] pergunto-te se dizer que um acusado está inocente é fracassar?” (SARAMAGO, 2004, p. 271). E a resposta do ministro não deixa dúvidas: “Sim, se a diligência for desenhada para fazer um inocente culpado” (SARAMAGO, 2004, p. 271).

Os jornais divulgaram a foto da mulher como a líder dos insurgentes, o rosto da conspiração. Porém, um jornal, independente, questionou a versão oficial. O comissário responsável pela investigação percebeu que estava sendo manipulado. Ter essa tomada de consciência também o tornou um insurgente, visto que questionou as táticas utilizadas para produzir uma culpada. Decidiu denunciar o plano do primeiro-ministro e, para isso, procurou o jornal questionador, no intuito de publicar a versão real sobre a suposta líder dos insurgentes: havia sim uma mulher que não havia cegado durante a cegueira branca. Essa mulher havia matado um homem sim, mas foi para defender a sua vida e a de seu grupo. O homem assassinado era um criminoso. Não havia nenhuma prova de que essa mulher era a líder dos insurgentes. Logo após a publicação dessa reportagem, o governo recolheu todos os exemplares e fechou o jornal dissidente. Mas, era tarde demais:

centenas de cópias brotaram anonimamente por todos os lugares, desmentindo a versão oficial do Estado.

Saramago apresenta durante todo o livro a esperança de um possível final feliz, com desfechos surpreendentes para as revoltas e insurgências, sinalizando-nos de que elas deveriam produzir transformações sociais. O final da história caminha glorioso. Parece que a população não sucumbe à estratégia de criminalização da mulher, não se dobra às táticas de terrorismo infligidas pelo próprio Estado e à suspensão dos direitos que quase nunca tiveram. A insurgência apresenta-se agora como *contra conduta*, ou seja,

[...] um momento em que a população, rompendo com todos os vínculos de obediência, terá efetivamente o direito, não em termos jurídicos, mas em termos de direitos essenciais e fundamentais, de romper todos os vínculos de obediência que ela pode ter com o Estado e, erguendo-se contra ele, dizer doravante: é minha lei, é a lei das minhas exigências, é a lei da minha própria natureza de população, é a lei das minhas necessidades fundamentais que deve substituir essas regras da obediência (FOUCAULT, 2008, p. 479).

Quando a sociedade civil prevalece sobre o Estado, existe a séria ameaça do fim do Estado, numa forma de escatologia revolucionária (FOUCAULT, 2008). Esse fim também será o próprio fim da governamentalidade, pelo menos dessa racionalidade de governo que emergiu no século XVII.

Mas na narrativa de Saramago, o Estado foi maior. Sua razão é soberana, prevalece sobre tudo. O comissário foi assassinado, e o crime foi atribuído aos insurgentes, os inimigos perigosos. Transformado em herói, sua morte causou comoção social, potencializando assim o ódio contra a mulher que não cegou, ressaltando sua figura de vilã e líder da revolta. O ministro do interior e o da justiça são demitidos, e as duas pastas acumulam-se com o primeiro-ministro. Ao final, quando os conflitos parecem cessar, a mulher que não cegou é morta por um atirador de elite. E assim se acaba a insurgência.

3 FINALIZANDO PROBLEMATIZAÇÕES QUE AINDA NÃO TERMINARAM

Em *Ensaio Sobre a Lucidez* não há menção direta sobre a real existência de uma líder ou de um líder dos insurgentes. Toda a narrativa leva a crer que é um movimento sincronizado de pessoas descontentes com o governo. O fracasso das

sucessivas tentativas de instalar o medo na população faz caírem os ministros da defesa e do interior, pastas assumidas pelo primeiro-ministro, mostrando assim a emergência de um líder fabricado. A não concordância com as táticas de instalar o terror e o abandono à cidade faz com que o ministro da justiça e da cultura renunciem. Considerando que a única ação do presidente foi de construir o muro, estapafúrdia por si só, pois exigiria recursos que o país não dispunha, ele parece ser um líder figurativo.

Ao longo do livro todo o poder se centrou no primeiro-ministro, que assume o papel de messias que salvou a população de uma ameaça terrorista da insurgência branca. Fica subliminar a possibilidade de um golpe, orquestrado por ele, que estimulava as ações desastradas dos outros estadistas, e que com isso caíam um a um. Também havia a pressão e a retirada daqueles que não concordavam com as ações truculentas empreendidas contra a população.

Tanto *Ensaio Sobre a Lucidez* quanto *Segurança, Território e População* provocam reflexões sobre o momento político atual do Brasil. Foucault (2008, p. 357), problematizando um texto de Bacon chamado *Ensaio sobre sedições e distúrbios* (1625), descreve a anatomia do golpe:

[...] Em período de calma, como se pode identificar a possibilidade de uma sedição que está se formando? Bacon (vou passar rápido por esse ponto) dá um certo número de indícios. Primeiro, começam a circular rumores, quer dizer, libelos, panfletos, discursos, contra o Estado e contra os que governam. Segundo, o que chamarei de uma inversão dos valores, ou em todo caso das apreciações. Toda vez que o governo faz algo louvável, essa coisa é mal recebida pelas pessoas que estão descontentes. Terceiro, as ordens circulam mal, e percebe-se que as ordens circulam mal por duas coisas: primeiro, pelo tom dos que falam no sistema de difusão das ordens. Os que transmitem as ordens falam com timidez e os que recebem ordens falam com ousadia. Pois bem, quando essa inversão de tom se produz, é bom desconfiar. Outra coisa, ainda concernente à circulação das ordens, é o problema da interpretação, quando aquele que recebe uma ordem, em vez de recebê-la e executá-la, começa a interpretá-la e a inseri-la de certo modo em seu próprio discurso, entre a injunção que ele recebe e a obediência que deveria normalmente segui-la. Isso, quanto a todos os sinais que vêm debaixo e que parecem provar que a tempestade, mesmo em período de equinócio e de calma, está se preparando. Depois há sinais que vêm de cima. Também é preciso prestar atenção nos sinais que vêm de cima. Os primeiros são quando os grandes, os poderosos, os que rodeiam o soberano, que são seus oficiais ou seus próximos, quando estes mostram que não obedecem tanto às ordens do soberano quanto ao seu próprio interesse e agem por conta própria.

O que há de problemático no golpe em que vivemos em 2016 e na insurgência branca narrada por Saramago é que no fim das contas se evidencia ou se insinua que sempre há uma manobra política por trás das revoltas. As insurgências acabam capturadas e conduzidas por jogos de poder. No romance de Saramago, as descrições das reuniões do presidente com os ministros mostram o descaso, o despreparo, a ignorância, a ingenuidade ante o fenômeno do voto em branco. O que importava (e importa) é a manutenção do poder e da dominação, a despeito de qualquer cuidado ou respeito com a população. Qualquer ameaça precisa ser diluída. As disputas de poder produzem verdades, fazem cair e emergir figuras de líder. Cada uma delas construída lentamente a partir de pequenas ações que, aparentemente, não possuem relação entre si, mas que estão interligadas num grande esquema que constitui a arquitetura do golpe.

Ensaio Sobre a Lucidez mostra como a novidade é capturada pela norma. Não são possíveis outras formas de se fazer para além da razão do Estado. A maneira como Saramago produz a trama, construindo personagens, enredando-as em redes de disputa, movidas pelo desejo de poder, de controle, de dominação, evidencia como o capitalismo afeta o modo de vida das pessoas. Apenas discretas reinvenções são permitidas, mas que duram o tempo necessário para serem capturadas e normalizadas.

O fato de uma mulher não ficar cega e de se tornar líder, ameaçando a segurança do Estado, é uma estratégia literária para fazer-nos pensar a potência do feminino. São várias as personagens em suas obras: a Blimunda, de *Memorial do Convento* (1982), A Maria Madalena do Evangelho Segundo Jesus Cristo (1991), a Morte, de *As intermitências da Morte* (2005).

Ensaio sobre a lucidez traz em sua trama todas as experiências de militância e de trabalho que subjetivaram Saramago⁶, levando-o a suspeitar da possibilidade de escavar brechas na razão do Estado. Podemos considerar sua literatura

⁶ José Saramago foi associado ao Partido Comunista, mas por divergências pelos os rumos que o partido tomou, foi afastado. Em abril de 1975, logo após a Revolução do Cravos, que pôs fim a 48 anos da ditadura salazarista em Portugal, Saramago se tornou diretor-adjunto do Diário de Notícias, importante jornal. Foi demitido na sequência das mudanças ocasionadas pelo golpe político-militar de 25 de novembro do mesmo ano. Em vários livros, relata os momentos políticos pelos quais passou, como em *Manual de Pintura e Caligrafia* (1977) e *Levantado do Chão* (1980). Passou a se dedicar integralmente à literatura. Sofreu censuras do governo democrático português que ajudou a consolidar como membro ativo do partido comunista, principalmente por seu livro *O Evangelho segundo Jesus Cristo*. Depois disso, decidiu se mudar para a Espanha.

insurgente, como a de Foucault⁷. Por isso, a necessidade de produzir um diálogo entre Saramago e Foucault: ambos insurgentes que ressoam na insurgência que pulsa em nós.

Ensaio Sobre a Lucidez e Segurança, Território e População são leituras que nos ensinam sobre a potência da resistência e o exercício do pensamento, que nos permitem refletir sobre as condições de existência que as práticas de governo produzem em nossas vidas, gerando guerras, violências, desigualdades, golpes, que nos afastam cada vez mais de nossa humanidade quando se valem dos dispositivos de segurança para prometer-nos o paraíso.

CÉLIA RATUSNIAK

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

CARLA CALUBER DA SILVA

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Atualmente é professora da Prefeitura Municipal de Joinville.

REFERÊNCIAS

COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: Crise e Insurreição*. São Paulo: n-1 edições, 2016, 284 p.

FARIA, E. (org.). *Dicionário escolar latino-português*. Brasília: MEC, 1962.

FOUCAULT, M. É inútil revoltar-se? In: MOTTA, M. (org.). *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, 390 p.

_____. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a, 572 p.

_____. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

⁷ Em 1950 Michel Foucault aderiu o partido Comunista Francês, envolveu-se em várias lutas sociais, dentre elas a revolta nos presídios, a luta antimanicomial e o movimento gay. Esse engajamento impulsionou muitos de seus estudos, que transformaram-se em livros, ou poderíamos dizer “máquinas de guerra”, convocando o leitor a pensar sobre as relações de poder existente em nossa sociedade.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOV, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231 – 249

_____. Poder e saber. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV: estratégia, saber-poder*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2009

ROHRIG, M. A problemática do gênero em Ensaio sobre a cegueira, de José Saramago. *Revista Ártemis*, v. XVII, n. 1, p. 51-60, jan./jun. 2014. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/viewFile/19166/11129>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

SARAMAGO, J. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 310 p.

_____. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, 325 p.

VEIGA-NETO, A. *Foucault e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, 159 p.

_____. *Governo ou Governamento?* Workshop Escola, Diversidade e Educação. Campinas, 2001. Disponível em <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.6.htm>. Acessado em 28 out. 2017.